

Débito-bomba ameaça todo

Conta do Terceiro Mundo e guerra de preços do petr

o sistema financeiro

óleo acendem luz vermelha dos bancos

Dois dos principais dirigentes de estatais brasileiras regressaram do Exterior, no início deste mês, preocupados com as perspectivas do sistema financeiro internacional. Eles haviam se reunido com membros da cúpula de alguns dos principais bancos centrais e dos maiores bancos privados do mundo. E estão convictos de que pode desabar sobre o sistema financeiro uma das maiores tempestades que já sofreu.

A dívida do Terceiro Mundo vem sendo chamada, há tempos, de débito-bomba. Pelo seu volume, globalmente considerada, constitui ainda o maior problema para os bancos internacionais. No entanto, ela se vincula a diferentes países, que adotam posturas diferentes, ainda que assumam a mesma retórica.

A Argentina transformou-se assim, de maior rebelde, em *enfant gaté* do sistema, que pouco lhe nega desde que baixou o Plano Austral. Em compensação, outros países tornam claro que pretendem endurecer com os credores, como aliás já estão fazendo. Foi dessa forma que o peruano Alan García tornou-se a grande vedete nos dias de abertura da Assembléia Geral da ONU, empanando até a presença do primeiro presidente civil do Brasil.

Para grande número de devedores, a fórmula já está definida. Não pagarão o principal do débito, rolarão os juros tanto quanto possível, pagando o que a balança comercial permitir. Isso poderá ser feito segundo um esquema ostensivo, como o do Peru, ou de acordo com um entendimento tácito, como o do Brasil.

Com isso, cristalizou-se a certeza de que o principal não será mesmo coberto a curto nem a médio prazo. E de que se pagarão os juros enquanto as balanças comerciais o permitirem, podendo-se já visualizar um *default* caso a coisa aperte. Aliás, alguns países estão precisamente nessa situação, o que só não causou comoção maior pela pequenez de seus débitos diante de todo o conjunto.

Mas não são apenas os países do Terceiro Mundo que constituem uma conta problemática para o sistema financeiro internacional. Se a dívida brasileira, com seus US\$ 100 bilhões, impressiona pelo volume, o que devem os fazendeiros norte-americanos é mais de duas vezes maior. Da mesma forma, é um crédito que dificilmente verá pago seu principal. E alguém já viu o Banco do Brasil, por exemplo, executar um grande número de agricultores? Por lá as coisas não funcionam de forma muito diferente e por isso mesmo inexistente a expectativa de cobertura de empréstimos como esse. Há ainda muitas outras rubricas vistas como problema.

E em parte por isso que os bancos se mostram cada vez mais cautelosos ao tratar de seus créditos. E também por esse motivo que casos como o de não-cobertura do rombo deixado pelo Comind e pelo Auxiliar, lá fora, provocam um recuo tão

acentuado dos grandes credores, com inegáveis reflexos até mesmo nas posições internas dos bancos brasileiros. Não é seguro para ninguém que, alarmados com a possibilidade de problemas maiores nos créditos interbancários, grandes depositantes estão transferindo seu dinheiro de certos bancos para outros.

Mas o alarme dos banqueiros internacionais não tem suas raízes apenas nos problemas dos devedores. Seus diagnósticos apontam também para o risco, já delineado, de certa redução de liquidez no mercado financeiro internacional. Vários dos países exportadores de petróleo, que desde a década de 70 garantiam o aumento de liquidez, enfrentam hoje nova conjuntura.

As expectativas internas de suas populações elevaram-se muito nesse período. Hoje, os governos premidos pela queda de receita determinada pela baixa dos preços do petróleo, têm menos meios de responder às crescentes reivindicações populares. Exatamente por isso esboça-se uma retirada, ainda que relativamente pequena, de seus depósitos no sistema financeiro ocidental.

Outra faceta dessa dificuldade se traduz na guerra de preços agora admitida abertamente pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo. O desrespeito às cotas por ela fixadas, determinado justamente pelos governos seculares de divisas e impossibilitados de perder ainda mais receita, provocou uma tendência ainda maior à baixa de preços. Reconhecendo agora a situação de fato, a Opep deixou de considerar as cotas seu maior problema e passou a admitir uma produção maior para atingir os produtores a ela não filiados.

Ainda não se pode prever com certeza se ela conseguirá. Mas não há dúvidas de que os custos enfrentados por produtores não ligados à Opep — como de Inglaterra e Noruega, que operam no Mar do Norte, ou de empresas norte-americanas que investem no Alasca, para não falar no próprio Brasil — são muito mais elevados. A Maratona norte-americana, por exemplo, não suportaria preços baixo de US\$ 21 por barril no mercado internacional. A Petrobrás brasileira, evidentemente, não seria tão abalada, mas para muitas companhias dos países desenvolvidos seria o fim.

Esses dados, somados a outros de menor expressão como o lento declínio de boa parte das commodities, fazem as grandes instituições financeiras internacionais preverem uma aguda crise. Um conhecido futurologista norte-americano chegou até a reuni-los em um livro sintomaticamente batizado "Catástrofe". O pessimismo aí talvez seja exagerado. Mas um período de razoável instabilidade é visto, por boa parte dos executivos do mercado financeiro, como algo de absolutamente previsível.